

Sob(re) o *silêncio* das fontes...

A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento das questões étnico-raciais

*Eliane Peres**

Descrevo, neste trabalho, o processo de pesquisa sobre os cursos noturnos da Biblioteca Pública Pelotense (BPP), dando ênfase à questão da presença dos negros nesses cursos. Analiso a trajetória social e profissional de alguns alunos negros da “escola da Biblioteca”. Discuto, também, a partir dessa experiência de pesquisa, a questão dos limites e das possibilidades das fontes para a história da educação no que diz respeito ao tratamento da problemática étnico-racial.

QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS; HISTORIOGRAFIA; FONTES HISTORIOGRÁFICAS; CURSOS NOTURNOS; BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE.

The paper describes a research process on night classes at Biblioteca Pública Pelotense (BPP) emphasizing the question of black people’s attendance to these courses. Social and professional careers of some black students of “The Library School” are analyzed. Grounded on the research experience, the problem of limits and possibilities of sources a History of Education concerned with racial-ethnic issues is also discussed.

RACIAL-ETHNICAL ISSUES; HISTORIOGRAPHY; HISTORIOGRAPHICAL SOURCES; NIGHT CLASSES; BIBLIOTECA PÚBLICA PELOTENSE.

* Eliane Peres é licenciada em pedagogia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL, 1989), mestre em educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 1993) e doutora em educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG, 2000), com estágio de pesquisa na Universidade de Lisboa (Portugal, 1999). Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (RS) e pesquisadora do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação – FaE/UFPel). Desenvolve pesquisas sobre a história da escola, da pedagogia e da profissão docente.

1. Considerações iniciais

Realizei, entre 1993 e 1995, uma pesquisa denominada “*Templo de Luz*”: *os cursos noturnos masculinos de instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense – 1875-1915*¹. O objetivo principal do estudo foi o resgate histórico da experiência dos cursos noturnos de instrução primária criados em 1877 na Biblioteca Pública Pelotense (BPP). Algumas questões centrais foram sendo definidas ao longo da investigação: por que os cursos noturnos de instrução primária, durante 38 anos (1877-1915), foram freqüentados apenas por homens? Como e por que as mulheres foram excluídas? Se houve, porém, um processo de exclusão das mulheres, outro segmento social foi incluído no projeto dos cursos noturnos: os negros. Eu considerava, no início da pesquisa, que a presença dos negros – porque era uma exceção à época – teria maior “visibilidade” nos jornais e documentos pesquisados. No entanto, há um *silêncio* nas fontes sobre a presença desse segmento da população nos cursos noturnos. Foi preciso trilhar um longo caminho até descobrir que alunos negros freqüentaram as aulas da BPP. Depois, foi preciso outra empreitada para descobrir se freqüentavam na condição de escravos – o que seria ainda mais inusitado – ou se apenas aos livres e aos libertos² estava garantido esse aces-

-
- 1 Pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) entre 1993 e 1995 e apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em educação sob a orientação da professora doutora Guacira Lopes Louro. O título do trabalho não foi escolhido ao acaso. Ele está diretamente relacionado à história da Biblioteca de Pelotas e à visão de seus idealizadores, que entendiam que era preciso iluminar o povo e elevar a cidade no plano intelectual, idéias explicitadas nas palavras de Antonio Joaquim Dias, um dos idealizadores da BPP: “o progresso intelectual de qualquer localidade deve estar em relação com seu progresso material” (*Correio Mercantil*, 10/11/1875). Nesse sentido, a expressão *Templo de Luz* é carregada de significados. Essa era uma das principais e recorrentes denominações da BPP – além de outras, como santuário, Pórtico Ático, agosto santuário das letras, templo da ciência, farol brilhante, templo do saber, benemérita instituição, instituição de caridade espiritual. O recorte temporal da pesquisa (1875-1915) foi feito, considerando a criação da BPP (1875) e o ano que marca a reorganização dos cursos noturnos com o ingresso das mulheres (1915). A análise que se fez, portanto, é do período em que a “escola” foi exclusivamente masculina.
 - 2 Livre era o indivíduo que nunca tinha sido escravo, ao passo que o liberto era aquele que, tendo sido escravo, fora alforriado.

so. É necessário considerar que a realidade brasileira em 1877 era a de uma sociedade escravocrata – logo, racista –, em que os negros, mesmo os livres e libertos, constituíam um grupo social marginalizado, discriminado e vivendo sob o jugo do preconceito. Com isso, outras questões colocaram-se como desafio de pesquisa: como os homens negros tiveram acesso aos cursos noturnos da BPP? E por que os homens brancos da elite se propuseram a oferecer aulas noturnas na Biblioteca aos negros, ainda durante o período da escravidão? A questão de pesquisa complexificou-se ao longo do processo de investigação, uma vez que constatei que esses cursos foram projetados e criados por um grupo da elite pelotense e destinados aos “filhos do trabalho” (*Diário de Pelotas*, 23/11/1879). Então, outros questionamentos surgiram: por que homens da elite pelotense se preocuparam com a instrução dos homens das classes populares a ponto de criar os cursos noturnos? Que idéias e projetos estavam implícitos (ou explícitos) nessa iniciativa? A análise dessa história, em função das principais questões de pesquisa, foi então pautada por três categorias: gênero, classe social e grupo étnico. Examinar aqueles atores sociais – homens das classes populares e da elite, negros e brancos, nacionais e estrangeiros –, considerando essas características sociais e culturais de forma articulada, para compreender a dinâmica dos cursos noturnos, foi a tarefa empreendida durante todo o processo de pesquisa.

Os cursos noturnos da BPP iniciaram suas atividades no dia 1º de fevereiro de 1877 e os últimos registros nos livros de matrículas datam de 1940. No entanto, em alguns documentos da BPP, há menção das aulas até 1956. Portanto, se tomarmos essa data como limite, a história dos cursos noturnos seria uma história de, pelo menos, 79 anos. Trata-se de um largo período de que ficaram registros em apenas 3 livros de matrículas, algumas fotos das décadas de 1940 e 1950, poucos relatórios manuscritos, *uma* carta de um professor (relatórios e carta “perdidos” em pastas com outros tantos documentos de natureza diversa)³, duas carteiras usadas nas salas de aula dos cursos, hoje mantidas no Museu da Biblioteca, e muitas notícias nos jornais da época. Evidente-

3 O material manuscrito referente aos cursos noturnos está atualmente guardado no Museu da BPP (Pastas 642 e 155).

mente, os últimos anos de existência desses cursos ainda estão registrados, também, na memória de ex-alunos e ex-funcionários da BPP⁴.

Sendo assim, esta foi uma pesquisa exaustiva, que se iniciou no contato com os 3 livros de matrícula dos cursos, principal registro da existência das aulas na Biblioteca. Os livros indicam apenas nome, idade, nacionalidade, profissão e filiação dos alunos, além de observações que, na sua maioria, registram: “expulso por indisciplina”. A curiosidade e as interrogações surgidas com o manuseio e leitura dos livros de matrícula tornaram necessário percorrer cuidadosamente os jornais do período compreendido entre 1875 e 1915, para, entrecruzando dados, comparando fontes, cruzando notícias, “recompôr” a história dos cursos noturnos e chegar, então, a uma das questões fundamentais do trabalho: os negros freqüentaram ou não as aulas da BPP ainda antes do final do período escravista? Era preciso, portanto, “conhecer” alguns alunos dos cursos noturnos. A princípio essa parecia uma tarefa impossível. Como dar voz, rosto, identidade, *pertencimento*, aos alunos?

Inicialmente, um pouco sem saber no que isso resultaria e tendo como critério trimestres anuais, recolhi 1.522 nomes nos livros de matrículas (anotados manualmente) nos anos compreendidos pela pesquisa. A questão que se colocava era: como descobrir se esses alunos atuavam em outros espaços sociais, políticos e culturais da vida pelotense? Como saber quem eram eles efetivamente, além de saber nome, idade, profissão e nacionalidade? O objetivo principal era conhecer mais e melhor os alunos, principais atores dessa história, e conseqüentemente ampliar a compreensão de *quem* efetivamente procurou e se instruiu nos cursos noturnos entre 1877 e 1915, incluindo aí o pertencimento étnico-racial dos alunos.

Não havendo indícios de como realizar essa tarefa, ocorreu-me a possibilidade de cruzar os dados disponíveis dos alunos com os de participantes em associações populares, especialmente as carnavalescas, dramáticas, abolicionistas, entidades de classe e, também, a imprensa

4 Como delimito o período da pesquisa entre 1875 (criação da BPP) e 1915 (final da etapa exclusivamente masculina dos cursos), apenas lancei mão das fontes que diziam respeito a essa periodização.

produzida por negros⁵. Essas instituições eram bastante comuns e importantes em Pelotas, no final do século XIX e início do século XX, congregavam grande número de trabalhadores, e algumas eram compostas especificamente de negros, como o caso do *Clube Carnavalesco Nagô*.

Pode-se dizer, em relação às entidades carnavalescas pelotenses – especialmente aquelas como o *Clube Carnavalesco Nagô* –, que tinham um caráter irreverente e buscavam, pelo Carnaval, protestar contra a condição dos negros e, ao mesmo tempo, divulgar suas culturas. A imprensa produzida pelos negros, em Pelotas, foi, também, uma das mais importantes do Rio Grande do Sul e quiçá do Brasil – especialmente o jornal *A Alvorada*. Isso me instigou, também, a descobrir e analisar se algumas das lideranças ou dos participantes das mais diversas entidades que se destacaram nas causas populares em Pelotas haviam freqüentado a “escola da Biblioteca”. Se a participação nas aulas dos cursos noturnos teve influência ou não sobre as idéias e as atividades desses homens, é difícil afirmar, nem foi esta a minha pretensão com o estudo. Mas é certo que o domínio do código escrito foi uma das condições básicas para a atuação, o engajamento e a luta de alguns alunos em entidades e movimentos populares. Em relação aos alunos negros, foi isso que procurei mostrar na pesquisa.

Os jornais locais do período possibilitaram o levantamento de dados sobre as diversas associações, suas diretorias e associados. Além dos nomes dos alunos da “escola da Biblioteca”, coletei mais 400 nomes das diversas associações, ligas e clubes e, cruzando os dados (de forma bem *artesanal*, listando os nomes em conjunto e classificando-os por ordem ascendente), encontrei alguns alunos como atuantes em associações de classes e carnavalescas (selecionava e “perseguiu” os nomes que “conferiam”: das aulas da BPP e das associações).

Ao fazer esse levantamento, tive a possibilidade, também, de perceber, em certa medida, os espaços sociais em que circulavam, viviam e

5 Os nomes dos participantes das associações, todos *homens*, foram retirados das seguintes agremiações: Classes Laboriosas, Clube Beneficente Harmonia dos Artistas, Liga Operária, Recreio dos Artistas, União Humanitária, Clube Carnavalesco Nagô, Clube Satélites de Momo, Clube Sectários de Momo, Sociedade Dramática Filhos da Thalia, Associação Abolicionista, diretoria e redatores do jornal *A Alvorada (imprensa negra)*.

lutavam as classes populares pelotenses e os espaços nos quais essa participação lhes era restrita, senão vedada (especialmente aos negros). Evidenciaram-se, assim, fortemente, as delimitações de classe social e os limites impostos pelo pertencimento étnico-racial na sociedade pelotense. Esse procedimento metodológico, de cruzar alguns nomes de alunos com as diretorias de associações e entidades pelotenses, teve, obviamente, limites, pois abrangeu com um número restrito de sujeitos, relativamente ao contexto das classes populares pelotenses e dos grupos negros. Entretanto, como o objetivo não era fazer generalizações, foi extremamente válido e foi a única possibilidade de afirmar a presença dos negros nesses cursos.

Antes de passar à apresentação de como lidei, na época da pesquisa, com as questões conceituais e apresentar alguns resultados da investigação em relação à presença dos negros na “escola da Biblioteca”, gostaria de fazer uma distinção, esclarecer algo em relação à pesquisa histórica e contribuir com o debate da relação *negros x educação x pesquisas acadêmicas em História da Educação*. Temos, por um lado, um conjunto de estudos que partem das questões étnico-raciais: estudos que abordam, por exemplo, a criação de escolas, de instituições educacionais e assistenciais, de centros culturais *por* e *para* grupos negros, campanhas de alfabetização e escolarização voltados para a população negra, ações educativas, culturais e políticas dos negros etc.; ou seja, é uma análise *de dentro*, no sentido de que a presença da população negra é incontestável e, em termos de pesquisa histórica, a problemática está colocada *a priori*. Por outro lado, temos a pesquisa histórica *lato sensu* (na falta de um termo melhor!); isto é, a pesquisa que toma os mais variados objetos e temas para análise. Nesse caso, é preciso, cada vez mais, criar uma *cultura acadêmica* que trabalhe com a pluralidade, com a diversidade, ou seja, concretamente, que incorpore as questões étnico-raciais (e outras diferenças!) nos estudos, por exemplo, da história da escola, da profissão docente, das políticas públicas, da educação de adultos, da educação infantil, do ensino noturno, da universidade etc. Ambas as perspectivas isoladas não são suficientes. Se, por um lado, é preciso fomentar a pesquisa histórica no campo da relação entre *negro e educação*, por outro, é preciso problematizar os *lugares-comuns* e incorporar

essa questão nas “pesquisas nossas de cada dia”. Nesse caso, então, será necessário reinventar o trabalho com as fontes historiográficas.

2. A questão conceitual: raça, etnia, grupo étnico ou grupo étnico-racial? Uma difícil e polêmica definição

Pretendia efetivamente, em minha pesquisa, “visualizar” os alunos dos cursos noturnos da BPP. Tinha a intenção de problematizar essa “clientela” para além de meramente afirmar que eram *homens trabalhadores* ou dizer genericamente que os cursos eram para a *classe trabalhadora*. Mais do que afirmar que eram homens das classes populares, queria nomeá-los, incluí-los em seus grupos sociais, culturais e políticos e analisar espaços de vivências e os projetos pessoais, profissionais, políticos e culturais desses sujeitos. Ou seja, queria resgatar-lhes seu *pertencimento* concreto. Para isso, saber de sua condição étnico-racial era fundamental. Aceitei o desafio da busca e da análise e incluí a dimensão étnico-racial (que poderia ter *simplesmente* deixado “esquecida”!) e a questão da presença ou ausência dos negros nas aulas da BPP.

Tratar da questão étnica teve como motivação duas razões principais: primeiro, porque *desconfiava* de que uma sociedade como a pelotense, com um alto índice de população negra com organizações e participação efetiva na vida social, econômica e cultural, com um acirrado debate sobre escravidão/abolição, marcadamente dividida entre escravocratas e abolicionistas, com forte influência positivista e maçônica (os maçons foram um dos principais grupos fundadores da BPP), não desconsideraria a questão da educação da população negra. Considerava que seria uma possibilidade ímpar para “revelar” a presença da comunidade negra em experiências formais de escolarização e ajudaria a desmistificar a idéia corrente e generalizada de que os negros não sabiam ler e escrever, não estudavam ou não freqüentavam escolas no século XIX. Segundo, porque desde então (1995) se proclamava já a necessidade desta articulação: *educação x diferenças étnico-raciais*. Os/as pesquisadores/as que vêm se dedicando ao estudo das experiências educativas dos grupos negros no Brasil argumentam que a história desse segmento da população tem sido pouco considerada. Regina Pahim

Pinto (1992) denunciava que, na verdade, o tema “não conseguiu sensibilizar pesquisadores da área de Educação, que raramente incluem a dimensão raça/cor em suas investigações” (p. 44). Regina Pahim Pinto (1992) chama atenção para o fato de que a história da educação também negligenciou essa perspectiva de análise. Afirma a autora:

A História da Educação, por sua vez, também vem ignorando sistematicamente as iniciativas de grupos negros no campo da educação, tais como a criação de escolas, centros culturais, seu engajamento em campanhas de alfabetização visando a população negra, ou mesmo suas propostas de uma pedagogia que leve em conta a pluralidade étnica do alunado [p. 47].

A investigação que originou este trabalho foi, portanto, uma tentativa de, ao resgatar a experiência dos cursos noturnos da BPP, compreender, também, o significado da participação dos negros em tais cursos, num momento histórico da sociedade brasileira em que esses indivíduos sofriam toda espécie de discriminação, sendo o não-acesso à escolarização uma de suas manifestações mais explícitas.

Convém explicitar, do ponto de vista conceitual, a opção pelo termo *grupo étnico ou grupo étnico-racial*, uma vez que, na área de educação, o termo *raça* era mais comumente usado – na época em que a pesquisa foi realizada –, sobretudo quando o objetivo era referir-se aos negros. Os poucos trabalhos que tomavam por objeto as experiências educativas dos grupos negros usavam, sem uma maior preocupação conceitual, expressões diversas: ora *grupo étnico*, ora *raça* e, por vezes, *cor de pele*. Sem pretender esgotar esta complexa e difícil questão – e não sem problematizá-la – optei pelo conceito de *grupo étnico*. Por ocasião da pesquisa (1993-1995), avancei na direção que indico adiante.

Num primeiro aspecto, pode-se dizer que a opção foi também política, pois qualquer teoria ou trabalho empírico que não levar em consideração a linguagem “não saberá perceber os poderosos papéis que os símbolos, as metáforas, e os conceitos jogam na definição da personalidade e da história humana” (Joan Scott, 1990, p. 11).

Além disso, não se trata apenas de uma mudança de terminologia, mas sim de conceitos que diferem entre si. Com a contribuição da antro-

pologia, é possível concluir que *raça* está relacionada a uma visão evolucionista e biológica. Segundo Verena Stolcke (1991), *raça* como categoria antropológica foi condenada e em seu lugar foi proposta a expressão *grupo étnico* e o termo *etnicidade*. Segundo a autora, *raça* foi associada ao reino da natureza, “em contraste com a ‘etnicidade’ compreendida como identidade cultural” (p. 107). Manuela Carneiro da Cunha (1987), ao discutir os critérios de identidade étnica, também apresenta essa mesma idéia. Diz a autora que, durante longo tempo, a definição de grupo étnico esteve inscrita na biologia. Um grupo étnico, afirma Cunha, era um grupo identificável somaticamente. “Com este critério, raríssimos e apenas transitórios seriam quaisquer grupos étnicos” (pp. 113-114), uma vez que, “a não ser em casos de completo isolamento geográfico, não existe população alguma que se reproduza biologicamente, sem miscigenação com grupos com os quais está em contato” (p. 113). Outro antropólogo, Dennis Werner (1992), também demonstra o caráter arbitrário das divisões dos grupos humanos tendo como critérios diferenças físicas ou genéticas. Segundo esse autor, não se trata de negá-las, mas de perceber que é possível escolher qualquer traço – cor da pele, tipo de cabelos e olhos, tipo sanguíneo, a predisposição para determinadas doenças – para classificar os grupos humanos em *raças*; daí seu caráter arbitrário. Mais problemáticas que as classificações são as formulações simbólicas feitas tomando os critérios físicos e geográficos, como, por exemplo, atribuir incapacidade aos negros africanos e superioridade aos brancos europeus – pensamento comum no imaginário brasileiro do século XIX.

Stolcke (1991) demonstra como o uso da expressão *grupo étnico* e do termo *etnicidade* é recente, ao contrário do uso do termo *raça*, de origem mais antiga. A autora atribui tal substituição ao reconhecimento, por parte dos estudiosos, de que, em termos estritamente biológicos, não existem *raças* entre os seres humanos. O termo *etnicidade/grupo étnico* ganhou mais força, segundo a autora, no pós-guerra, numa tentativa de refutar as doutrinas nazistas. Stolcke afirma que: “A intenção era enfatizar que os grupos humanos eram um fenômeno histórico e cultural, e não categorias de pessoas biologicamente determinadas exibindo traços hereditários comuns em termos morais e intelectuais” (p. 106).

Regina Pahim Pinto, no texto “A escola e a questão da pluralidade étnica” (1985), também chama atenção para o uso incorreto do termo raça e suas limitações como fator explicativo das diferenças humanas.

Considerando todas essas observações, *grupo étnico* foi empregado na pesquisa com o intuito de transcender os aspectos biológicos e designar grupos de pessoas identificadas histórica e culturalmente. O critério da cultura, segundo Cunha (1987), foi tomado por um grande número de antropólogos que se ocuparam das relações étnicas. Assim, grupo étnico é definido como grupo que compartilha valores, formas e expressões culturais. A autora chama a atenção, porém, para a necessidade de, ao adotar o critério de cultura como fator de identificação de grupos étnicos, observar duas questões: a primeira delas é não tomar a existência da cultura como característica primária, quando se trata de consequência da organização de um grupo étnico. A segunda é não supor que a cultura partilhada por um grupo étnico seja, obrigatoriamente, a cultura ancestral (p. 115). Isso significa não tomar a cultura como algo estático, homogêneo, reificado, cristalizado, mas entendê-la na sua dinamicidade e variabilidade. Afirma a mesma autora que “os traços culturais poderão variar no tempo e no espaço sem que isso afete a identidade do grupo”, já que a cultura é algo “essencialmente dinâmico e perpetuamente reelaborado” (p. 116).

Por fim, vale salientar que grupo étnico supõe uma auto-identificação e uma identificação da própria sociedade. Nesse sentido,

grupos étnicos distinguem-se de outros grupos, por exemplo, de grupos religiosos, na medida em que entendem-se a si mesmos e são percebidos pelos outros como contínuos ao longo da história, provindos de uma mesma ascendência e idênticos malgrado separação geográfica. Entendem-se também a si mesmos como portadores de uma cultura e tradições que os distinguem de outros [Cunha, 1987, p. 117].

Nessa perspectiva, o conceito de *grupo étnico* impôs-se como fundamental na análise dos cursos noturnos. É preciso considerar que as aulas da BPP eram freqüentadas por brancos e negros, que se auto-identificavam e eram identificados como pertencentes a grupos diversos, fosse pela língua, pelo lugar de origem, por necessidades econômicas,

como, ainda, pela discriminação e opressão a que estavam sujeitos em razão da cor da pele.

3. Alguns resultados da pesquisa: a presença dos negros nos cursos noturnos de instrução primária da BPP

Pela sua intensa atividade industrial e comercial, a cidade de Pelotas, no século XIX, concentrou grande número de escravos e trabalhadores nacionais livres. Para Pelotas deslocaram-se, ainda, grandes contingentes de imigrantes de várias nacionalidades. Embora boa parcela dessa população estivesse ligada às atividades da zona rural, especialmente à indústria do charque e de seus derivados, outra parte desses indivíduos concentrou-se na zona urbana. Havia, ainda, os que trabalhavam temporariamente nas charqueadas e, durante a entressafra, viviam e trabalhavam na cidade (a safra do charque era de novembro a abril, durante os meses de mais calor, quando o boi engordava e a carne secava mais facilmente). Na cidade, os negros escravos, livres e libertos, com os brancos pobres, ocupavam-se das atividades domésticas e da produção de bens e de serviços. Os imigrantes pobres também viviam dessas atividades, além de muitos deles atuarem no comércio. Isso significa que havia uma “clientela em potencial” para um projeto como o das aulas noturnas da BPP que, na visão das elites, além da instrução, deveria preocupar-se em oferecer também educação moral.

Os cursos noturnos de instrução primária, projetados desde 1875 como uma das atividades da BPP, iniciaram suas atividades em 1877 – mais precisamente no dia 1º de fevereiro daquele ano – registrando um número considerável de alunos matriculados. No total foram 77 meninos e homens matriculados para a primeira e a segunda aula. Destes, 42 eram nacionais e 35 estrangeiros; 33 eram menores e 44, adultos, com idades variando entre 9 e 48 anos. Se havia tais diferenças de idade e nacionalidade, o que havia de comum entre os alunos? Como grupo social, a condição de classe e o gênero, ou seja, o que os “igualava” era o fato de serem todos do gênero masculino e pertencentes às classes populares, trabalhadores, futuros trabalhadores ou desempregados. Assim, os Livros de Matrículas registram profissões ligadas especifica-

mente aos trabalhos manuais e aos trabalhos domésticos. Os alunos eram, na sua grande maioria, criados, artistas⁶, marceneiros, carpinteiros, sapateiros, alfaiates, caixeiros, chapeleiros e ferreiros. Era comum que muitas destas atividades fossem desempenhadas por crianças, a partir de 7 ou 8 anos de idade.

Em maio de 1877, quando as aulas noturnas já aconteciam havia quatro meses, o *Correio Mercantil* registrava o caráter masculino dos cursos com as seguintes palavras: “Ainda não está completa a matrícula dos freqüentadores efetivos e aceitam-se gratuitamente *todos os homens ou meninos livres*” (*Correio Mercantil*, 17/5/1877).

Nesse pequeno aviso, explicita-se a exclusão de dois segmentos sociais: as mulheres e os escravos. A fração da elite pelotense, à testa do projeto, em que pese seu vanguardismo, não se propunha a romper com todos os padrões vigentes na sociedade. Os negros podiam freqüentar as aulas, desde que livres ou libertos. No entanto, a presença deles nas aulas da Biblioteca pode ser considerada um avanço para a época, uma vez que o fato de ser negro era motivo suficiente para que o indivíduo sofresse toda espécie de rejeição e preconceito. Em uma sociedade escravocrata e discriminatória, em que a imagem do negro era associada somente a aspectos negativos, como inferioridade, incapacidade, indolência, vícios, imoralidade, barbarismo, violência..., abrir-lhes as portas de uma instituição como a BPP, criada e mantida pela elite, parece surpreendente. Mas justamente porque o objetivo era manter a ordem, disciplinar, inculcar preceitos de *moralidade e civilidade*, palavras constantemente utilizadas pelos dirigentes e professores dos cursos noturnos, é que as aulas não podiam, na visão destes, prescindir da presença dos negros.

Após a notícia do *Correio Mercantil* de maio de 1877, há pouco referida, em várias outras notícias, relatórios, avisos e chamadas de abertura das matrículas, a condição masculina dos alunos foi claramente exposta, como se até então essa condição não tivesse sido assumida. Vejam-se os exemplos a seguir:

6 O indivíduo que se ocupava de algum tipo de trabalho manual, artesanal, era chamado, na época, de artista.

A manutenção dos cursos noturnos da BPP, para a freqüência de crianças e adultos do *sexo masculino*, seria suficiente para recomendar esta instituição ao apreço de todo o Brasil... [Relatório de mês de fevereiro de 1882. Elaborado pelo diretor do mês, J. J. Cezar, grifo meu].

No início do século XX, isso é referido de forma mais contundente. O jornal *Correio Mercantil* publicou, em 1904, a seguinte nota:

Só poderão freqüentar o curso noturno *os rapazes e adultos* que não puderem freqüentar as aulas públicas, como os empregados de fábricas, serventes de casas de família, e outros que se acharem nestas condições.

A matrícula no curso noturno é feita com a maior facilidade, *bastando os patrões se dirigirem à Biblioteca* onde lhes serão fornecidas todas as explicações que carecem [20/1/1904, grifos meus].

O *tutramento* por parte dos patrões é um aspecto que sobressai nessa notícia do *Correio Mercantil*. Os Livros de Matrículas registram, em vários anos, “figuras ilustres” da sociedade pelotense que se “responsabilizavam” por alguns alunos, principalmente os menores. O aluno que fosse matriculado nas aulas da Biblioteca sob a responsabilidade de uma pessoa “bem nascida” tinha um *status* diferente no grupo, já que sua figura era sempre associada à de seu “protetor”. Isso aumentava a responsabilidade do aluno em relação ao seu próprio comportamento e ao processo de aprendizagem: ele tinha o dever de ser um bom aluno em todos os aspectos.

Esse tutramento estava, em grande parte, associado ao fato de que a elite considerava as classes populares incapazes, além de naturalmente inclinadas para o mal, para a desordem, enfim, para o mundano. As classes populares eram, no Brasil do século XIX, segundo Sidney Chalhoub (1986), sinônimo de classes perigosas, com tendências à ociosidade e aos vícios. Em relação aos alunos menores da BPP, havia um sentimento de que estes necessitavam de uma “proteção” especial, além de exemplos e referências “civilizadoras”, posto que também à infância pobre se associavam sentimentos negativos. Essa proteção e esse exemplo civilizador só poderiam vir da elite, que se considerava hierarquica-

mente superior e melhor. Segundo Margareth Rago (1987), na representação imaginária que os dominantes faziam da infância, esta era percebida como “superfície chata e plana, facilmente moldável, mas por outro lado, como ser dotado de características e vícios latentes que deveriam ser corrigidos por técnicas pedagógicas para constituir-se em sujeito produtivo da nação” (p. 122).

Esse imaginário da infância pobre como grupo dotado de vícios e defeitos propiciava à elite pelotense experimentar uma certa rejeição em relação aos alunos menores. Eles eram constantemente desqualificados, principalmente porque muitos não se adequavam facilmente às normas de disciplinamento prescritas. Estava presente – estreitamente associada à condição de classe dos menores-alunos – a idéia de infância perversa, ou, para usar uma expressão de Philippe Ariès (1981), que revela a visão da elite em relação aos menores, a infância e a juventude eram consideradas *idades da imperfeição*.

Outro fator a ser considerado é que os cursos noturnos foram projetados não exclusivamente, mas principalmente, para os trabalhadores pelotenses. E era sobretudo na condição de trabalhadores que crianças do sexo masculino podiam freqüentar as aulas, visto que o trabalho infanto-juvenil era uma realidade em Pelotas. Para ser aceito no curso, a condição de trabalhadores sobrepunha-se à faixa etária, ou seja, ao fato de serem crianças. Tratava-se de indivíduos das classes populares, já inseridos no mercado de trabalho e vivenciando relações de trabalho concretas. Era como trabalhadores, e não como crianças, que estes sujeitos tinham acesso aos cursos. Ser trabalhador, porém, era antes uma justificativa que uma exigência.

A exploração da mão-de-obra infantil em Pelotas no século XIX favorecia, naturalmente, os proprietários, uma vez que as crianças eram aprendizes de ofícios e não recebiam salários ou, quando isso acontecia, estes eram insignificantes⁷. Era também relativamente comum que, nes-

7 Em 2/4/1955, Rodolpho Xavier (líder negro e operário, ex-aluno da BPP), comentando em *A Alvorada* sua própria trajetória profissional, que incluiu, entre outras atividades manuais, a de pedreiro, escreveu sobre a situação dos aprendizes de ofício no século XIX: “Nessa época [década de 80 do século XIX] encontramos as diárias de meio patacão a quatro patacas aos ajudantes de pedreiro (de um cruzeiro a um cruzeiro e 28 centavos por dia) e os aprendizes de 400 a 600 réis, estes

te período, crianças trabalhassem apenas em troca de moradia e comida, principalmente em serviços domésticos. O trabalho para essas crianças era pesado e as exigências muitas, pois a elite mantinha um estilo de vida com muitos “rituais”⁸, o que exigia um trabalho minucioso por parte dos “criados”. Além disso, essa elite habitava amplos casarões, aumentando significativamente o trabalho doméstico.

Desde as primeiras décadas do século XIX, há referências a crianças negras prestadoras desse tipo de serviço. August de Saint-Hilaire (1974), nos relatos de viagem ao Rio Grande do Sul no século XIX, descreveu, ao visitar a residência de um charqueador pelotense, as condições de trabalho de *um pequeno negro de 10 ou 12 anos*. O autor registrou as seguintes palavras: “não conheço nenhuma criatura mais infeliz que essa criança, jamais sorri e em tempo algum brinca!” (p. 28). Saint-Hilaire escreveu ainda que “não é a única casa que usa esse impiedoso sistema: ele é freqüente em outras” (p. 28).

Nesse sentido a realidade e a presença de crianças na “escola da Biblioteca” merecem maiores considerações. Pelo registro nos Livros de Matrículas das profissões dos alunos – de artistas ou de serviços domésticos, em grande número –, das idades e dos nomes dos homens que se responsabilizavam por esses alunos menores, suponho que esta fosse a realidade de um número significativo de crianças que freqüentavam as aulas da BPP. Não há dúvida de que havia menores aprendizes de ofícios e crianças que se ocupavam dos serviços domésticos; traba-

na categoria de meio-oficiais. Não se tinha horários, trabalhava-se desde o amanhecer até a boca da noite, fora dos descansos das refeições, nos dias maiores, eram 12 horas de trabalho e ninguém se queixava e não tinha para quem apelar”. Nessa mesma matéria, Xavier diz que iniciou no ofício de pedreiro em 1888, com 14 anos de idade, e, segundo ele, antes disso já havia aprendido o ofício de vassoureiro, colchoeiro e maleiro em 1886 e 1887. Essa trajetória é um indício da situação das crianças aprendizes de ofício em Pelotas no século XIX.

- 8 Um interessante detalhamento dos “rituais” da elite pelotense no século XIX, que tornavam complexos serviços simples como servir refeições, colocar uma mesa para o jantar, aparece no segundo volume de *Um castelo no Pampa: Pedra da Memória* (Mercado Aberto, 1994), obra literária de Luiz Antonio de Assis Brasil. Há uma passagem em que a Condessa prepara uma moça para servi-la como copeira. As exigências e rituais são tantos que a moça é obrigada, até mesmo, a aprender francês. Pelotas foi chamada, no século XIX, de *Atenas rio-grandense*.

lho, porém, com a hipótese de que algumas dessas crianças eram negros nascidos depois da Lei do Ventre Livre (1871), que viviam sob o tutelamento de alguma família de posses, desempenhando trabalhos no âmbito doméstico. É o que depreendo dos Livros de Matrículas e de notícias como esta: “Faleceu o aluno Francisco Detroyat, de 8 anos de idade, sendo o seu *encarregado* o Sr. Hypólito Detroyat nosso companheiro de diretoria” (Do relatório do mês de fevereiro de 1882. *Diário de Pelotas*, 12/4/1882, grifo meu).

A denominação “encarregado” sugere que Hypólito Detroyat, membro da diretoria da BPP, não era pai do menino, pois dificilmente a morte de um filho de alguém na posição de Hypólito seria noticiada dessa forma. O uso, por parte dos escravos e ex-escravos, do sobrenome dos senhores, foi uma prática corriqueira, não apenas no Brasil, mas em todos os países americanos – fato assaz testemunhado tanto pela historiografia como pela literatura e a memória remanescente da escravidão. Acrescente-se a isso o fato de que as crianças nascidas após a Lei do Ventre Livre, filhas de escravas, ficavam sob responsabilidade dos senhores dos seus pais. Esses senhores deveriam sustentá-las até que atingissem a maioridade, podendo, em contrapartida, usufruir plenamente da sua força de trabalho. A exploração do trabalho infantil de crianças nascidas legalmente livres que daí decorria é óbvia. Outro aspecto a ser considerado – constatado por Agostinho M. Dalla Vecchia (1994) em seu trabalho com descendentes de escravos na região meridional do Rio Grande do Sul – era a existência, relativamente comum, dos chamados “filhos de criação”, crianças entregues para serem criadas em famílias de condições socioeconômicas favoráveis. Esses “filhos de criação”, na realidade, desempenhavam as tarefas domésticas, sem receber qualquer remuneração pelos serviços, e viviam, segundo o autor, em regime de servidão. Todos esses fatos somados sugerem a possibilidade de existirem alunos menores que subsistiam numa ou noutra dessas condições de dependência e subordinação.

Dada essa realidade dos trabalhadores-crianças, a “escola da Biblioteca”, que nasceu originalmente para ser uma escola de adultos, tornou-se escola para *menores e adultos*. Se o objetivo primordial era atender trabalhadores, era impossível delimitar a faixa etária.

Assim, tendo adultos e crianças-trabalhadoras – alguns deles tidos na conta de *incorrigíveis* – como alunos, os cursos noturnos priorizaram uma instrução que estivesse associada à educação moral. “Não é bastante instruir. É necessário educar. Educar para o trabalho, educar para o bem e para o útil. Instrução e educação constituem elementos essenciais ao progresso das nações e à felicidade dos povos”, defendeu o *Correio Mercantil* em 11/1/1884. O projeto de aliar a educação – entendida como moralização do povo – à instrução – compreendida como acesso a alguns conhecimentos eruditos – foi levado a efeito nas aulas da BPP, principalmente porque uma parcela da elite pelotense assumiu como seu papel social oferecer instrução e educação para as classes populares.

O trabalho dos professores da BPP era enaltecido especialmente pelo tipo de clientela que os cursos atendiam: homens adultos e menores das classes populares, negros e brancos, nacionais e estrangeiros. Essa multiplicidade de homens fazia dos cursos da Biblioteca um espaço de convivência e de relações, às vezes tensas, permeadas por disputas, por rivalidades, tanto dos alunos em relação aos professores – o que sempre acabava em suspensões e expulsões – como dos professores para com os alunos e, ainda, entre os próprios alunos. Tal realidade é sugerida especialmente pela carta que o professor Bento José Taveira escreveu para a diretoria da Biblioteca, em 1881, em que refere o *mal-entendido* que havia entre alunos *de idades e cores diferentes* (Carta manuscrita, 1881). A carta manuscrita é única. Nela o professor Bento José Taveira registrou algumas das divergências que havia entre menores e adultos, sendo também esta a única referência explícita das rivalidades entre negros e brancos nas aulas:

[...] Assim temos por esta forma contínua e sucessivamente de lidar sempre com os mais incapazes, os refratários e os novos admitidos: com tais elementos e ainda o *mal-entendido* [...] que os alunos de maior idade têm de se emparelharem com os pequenos e uns com outros de cores diversas, não é provável que se possa jamais conseguir satisfatoriamente uma criteriosa demonstração pública como é nosso espírito [Carta manuscrita, 1881, grifo meu].

Descobrir que os negros freqüentavam as aulas noturnas da BPP não foi, conforme afirmei, nada fácil. Assim como há, na fase inicial dos

cursos noturnos, um silêncio sobre a ausência das mulheres – já que o caráter masculino dos cursos só se explicita quando as aulas já estão em pleno andamento –, há um imenso silêncio sobre a presença ou a ausência dos negros nas aulas. Ao contrário do gênero, que se colocava pela obviedade dos nomes nas listas de matrículas, o fato de os alunos serem negros ou brancos não está registrado em lugar algum. Ao “conhecer” alguns alunos negros, entre eles Rodolpho Ignácio Xavier, aluno em 1883, com 10 anos, Boaventura Ignácio Xavier e seus filhos Pedro, Boaventura e Mathias, que estudaram na escola na década de 80 do século XIX e nos primeiros anos do século XX, e os irmãos Juvenal e Durval Moreno Penny, alunos em 1899, é que foi possível concluir que os negros podiam efetivamente matricular-se como alunos dos cursos noturnos. Esses alunos se destacaram em Pelotas na luta pelas causas negras. Os irmãos Penny fundaram, em 1907, o jornal *A Alvorada*, que tinha como principal objetivo “a defesa de todo aquele que fosse atingido pelo preconceito de cor dentro ou fora do país” (*A Alvorada*, 5/5/1956). Rodolpho Ignácio Xavier, um dos mais importantes líderes sindicais do início do século XX, foi um dos principais redatores do jornal por longos anos.

O Clube Carnavalesco Nagô foi, também, um indicador da presença dos negros nas aulas da Biblioteca. Entidade de prestígio no Carnaval pelotense, era formado apenas de negros, que usavam as ruas da cidade durante o período carnavalesco para protestar quanto à condição de vida dos negros na sociedade. Membros da diretoria na década de 1880, como Alfredo Teixeira de Moraes e José Maria dos Santos, foram alunos das primeiras turmas dos cursos noturnos da BPP (*Correio Mercantil*, 23/1/1884 e 29/08/1886).

A reprodução no *Correio Mercantil*, em 1884, da fala de um negro, pai-de-santo, o Pai Domingo di Cancela, é surpreendente e inusitada. O *Correio Mercantil* reservava espaço para as manifestações do Clube Carnavalesco Nagô. Ainda não dominando o código oral e escrito da cultura branca, os negros expressavam-se misturando sua língua materna, o Iorubá, e o Português. No dia 6/2/1884, o Pai Domingo di Cancela, ao referir-se ao desfile do Clube Carnavalesco Nagô, mencionou a participação dos negros na “escola da Biblioteca”: “[...] Povo ziperotense zipera, nosso oj está negro severizado, já prendeu na *icolla de briothecca*,

protanto abre o io comnosco; nosso vai faze turumbanda ni cabeça de sumce” (grifo meu).

A manifestação do Pai Domingo indica que o domínio da leitura, escrita e oralidade na língua portuguesa se tornou importante para esse segmento da população. Marco A. Mello (1994), analisando o episódio, argumenta que o que houve “foi um processo longo e penoso [...] no qual os negros dessacralizaram a escrita, forjando um projeto de intervenção social notável que combinava parte de suas tradições tribais com o domínio de um novo código lingüístico – o dos brancos [...]” (p. 90).

Os fatos mencionados mostram explicitamente a presença dos negros nas aulas noturnas. Mais do que isso, a questão foi compreender se os homens negros romperam com a discriminação e o preconceito para freqüentarem a BPP na condição de alunos, ou se justamente a discriminação e o preconceito fizeram dos negros alunos dos cursos.

É necessário considerar que a Biblioteca era uma instituição que concentrava alguns abolicionistas pelotenses⁹ e como tal era “foco” de disseminação dessas idéias. Não só cedia seu espaço para reuniões e manifestações abolicionistas, como também arrecadava fundos, entre seus associados, para comprar cartas de alforria de escravos. O jornal *Correio Mercantil* registrou, em 5/12/1876, uma dessas situações em que um sócio da BPP propunha uma campanha para arrecadar a quantia de 50\$000 réis para alforriar uma escrava de nome Genuína, de 70 anos, cuja venda estava anunciada nos jornais locais. O *Correio Mercantil* inicialmente elogiava a iniciativa, afirmando que isso demonstrava que a diretoria da Biblioteca sabia *compreender perfeitamente os dois grandes pensamentos da época: instrução e liberdade*, para a seguir publicar os termos da proposta:

Com o fim de praticar um *ato de caridade*, resolvi implorar um óbolo para livrar das garras do cativo a infeliz Genuína de 70 anos [...]

Na qualidade de membro da Biblioteca faço um apelo aos meus distintíssimos consócios, aqueles que trabalham em prol da sublime causa da instrução para que me auxiliem neste propósito.

9 Entre estes abolicionistas, estava Piratinino de Almeida, um dos fundadores e presidente do Clube Abolicionista pelotense, e Francisco de Paula Pires, secretário do mesmo Clube.

Com este procedimento mostrarão que os conhecimentos difundidos pela instituição que sustentam, esclarecendo a inteligência, guiam o coração à prática das mais nobres virtudes.

O homem amante do adiantamento intelectual não pode ser indiferente à sorte dos seus semelhantes, jungidos ao despótico carro da escravidão.

Em nome da humanidade, do progresso, da civilização, em nome da liberdade – luz puríssima e esplêndida que dirige o homem à senda dos mais arrojados cometimentos – peço o óbolo da caridade em favor da infeliz Genuína.

Salas da BPP, 2 de dezembro de 1876.

Felicíssimo Paulo de Freitas [grifo meu].

Se, por um lado, o abolicionismo era um ideal recorrente entre alguns membros da diretoria, o que talvez explique a presença dos negros nas aulas noturnas, por outro, é necessário considerar que os negros estigmatizados pela escravidão eram associados à “raça degenerada” que precisava ser controlada e constantemente vigiada, especialmente no período pós-abolicionista. As mesmas características negativas atribuídas às classes populares de um modo geral, no século XIX, eram ainda mais acentuadas quando, associada a uma condição social desprivilegiada, havia condição de ser negro.

Os atributos negativos endereçados aos negros estão explícitos nesta matéria do jornal *Correio Mercantil*, dois anos após a abolição da escravidão em Pelotas:

[...] Grande parte deles [os libertos], homens ou mulheres, deixaram a casa de seus senhores para aglomerarem-se nos cortiços e nos centros de perdição.

As mulheres *cedendo aos impulsos enervantes da raça*, entregaram-se em grande número à prostituição, como meio fácil de granjearem a subsistência, pouco se lhes importando os princípios civilizadores e adiantados do agrupamento social em que vivem hoje.

[...] É preciso sem demora atenuar, se não se puder de todo extinguir, *as tendências do liberto para a inatividade e para a prostituição*, tendências com que ele entra para a comunhão social porque não as deixa na senzala ou no eito [*Correio Mercantil*, 18/2/1886, grifos meus].

Na matéria transcrita, as tendências de *inatividade e prostituição* eram apresentadas como características naturais dos negros. Se as desigualdades de gênero se explicavam pelas diferenças biológicas e eram instituídas e legitimadas pelas práticas sociais e pelos discursos médico, jurídico, educacional, as desigualdades dos grupos étnicos não eram vistas de forma diferente. A inferioridade atribuída aos negros estava assentada, também, nas diferenças físicas. Ser negro ou ser branco, na sociedade pelotense, era ser detentor de determinadas capacidades ou incapacidades sociais, morais e intelectuais. Fortemente ancoradas em um pressuposto essencialista, as diferenças físicas explicavam as desigualdades dos grupos étnicos. No imaginário social, estava presente a idéia de que era inerente, próprio dos indivíduos negros, um comportamento *selvagem*, bárbaro, anti-social. Célia M. Azevedo (1987) constatou em seu estudo que, do ponto de vista intelectual, os negros eram representados como grupos de baixo nível mental. Veja-se que em Pelotas essas idéias também estavam fortemente presentes:

[...] Tratando-se de pessoas nas condições dos pretos libertos, que não podem ter aspiração à carreira literária ou científica, é claro que o sistema de educação a adotar-se é muito simples e muito fácil.

[...] Instrução primária acompanhada de princípios morais e religiosos [...] [Menezes, 1869, Material do Clube Abolicionista de Pelotas].

Muitos seriam os exemplos ilustrativos que estão registrados nos periódicos pelotenses a respeito das características dos negros. Visando argumentar que os negros foram aceitos como alunos nos cursos noturnos (antes da Abolição apenas os livres e libertos) porque era necessário, na visão das elites, prepará-los para as novas relações de trabalho e para sua inserção na vida em sociedade como indivíduos livres, é preciso conhecer, ainda, outras idéias sobre os negros, vigentes na vida pelotense. O *Correio Mercantil* apresentava os ex-escravos como grupos “completamente atrasados, alheios a todas as formas de existência social, sem profissão determinada, sem princípio de vida livre, [...] entes desamparados” (16/11/1883). Na mesma matéria do jornal, a conclusão sobre as possibilidades de reverter esse quadro:

Abram-se escolas por toda a parte; convidem-se os libertos a virem tomar assento nos bancos do estudo e do saber; dê-se-lhes *a doutrina moral, o conhecimento necessário dos seus deveres de homem perante a sociedade em que vivem; mostrem-se-lhes as vantagens do trabalho, da ocupação séria e honesta*, em uma palavra, habilite-se à economia social, à aplicação das suas forças ativas, a fim de que à liberdade se sigam imediatamente a *paz, a ordem e a felicidade desejáveis* [grifos meus].

No entanto, se o intuito das elites que fundaram a Biblioteca Pública Pelotense e com ela propuseram aulas noturnas para as classes populares (incluindo os negros livres e libertos) era disciplinar, normatizar e prescrever normas, padrões e comportamentos, os homens que frequentaram essa escola não se sujeitaram passivamente a esse projeto. As condições de classe e de grupo étnico dos alunos forjaram diferentes formas de luta.

As últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX marcaram um momento significativo de organização dos trabalhadores pelotenses. Organizados em clubes, associações, sindicatos, eles lutaram contra as condições de vida e de trabalho a que estavam submetidos. Havia solidariedade de classe, percebida, entre outras coisas, pelo número de associações de amparo, de auxílio mútuo, de assistência e de categorias profissionais específicas que os próprios trabalhadores organizavam. Os negros, por sua vez, imprimiram formas específicas de luta, tanto contra os estereótipos de classe e grupo étnico a si atribuídos quanto para conquistarem espaço na sociedade pelotense e melhorar sua condição de vida duplamente marginalizada. Na forma de clubes carnavalescos, irmandades, batuques, os negros tiveram uma ampla participação na vida local. Marco A. Mello (1994) afirma que em Pelotas, entre os negros escravizados e libertos, muitas foram as formas de “manifestação da chamada cultura de resistência” (p. 53). O autor dedica especial atenção às expressões da religiosidade e às formas de lazer dos negros pelotenses nas últimas décadas do século XIX e conclui que, entre outras coisas, essas manifestações religiosas e culturais tinham o intuito de manter a identidade étnica dos negros.

Alguns alunos dos cursos noturnos participaram dessa realidade como líderes operários ou dos movimentos negros do início do século

XX. Uns estiveram à frente de associações de classe ou entidades culturais – como Classes Laboriosas, Grêmio dos Tipógrafos, Clube Beneficente Harmonia dos Artistas, Sociedade Dramática Filhos da Thalia –; outros, participaram como membros de entidades negras – especialmente o Clube Carnavalesco Nagô e o jornal *A Alvorada*¹⁰. Se foi possível visualizar essa realidade é porque a dominação não se impôs de forma absoluta.

Foi o caso, já mencionado, dos negros Rodolpho Ignácio Xavier e dos irmãos Juvenal Moreno Penny e Durval Moreno Penny. Alunos dos cursos noturnos na década de 80 do século XIX, os irmãos Penny fundaram, em 1907, o jornal *A Alvorada*¹¹, do qual Rodolpho Ignácio Xavier se tornou um dos mais importantes redatores. A história do jornal *A Alvorada* confunde-se com a própria trajetória dos irmãos Penny e de Xavier¹². O semanário registrou em 5/5/1948, no seu 41º aniversário:

[...] Durante trinta e oito anos Juvenal Penny manteve inabalável a direção deste semanário, auxiliado por seu digno irmão e nosso amigo Dr. Durval Penny e uma plêiade de colaboradores espontâneos e abnegados como Rodolpho Xavier, o mais antigo e cuja pena nunca se desviou do caminho retilíneo de uma conduta elogiável, abordando assuntos de interesse coletivo e combatendo os espesinhadores e inteligências tacanhas e arrogantes.

Muito tempo depois, e mesmo sem a liderança dos irmãos Penny, as referências sobre os objetivos pelos quais o jornal fora criado continuaram sendo motivo de matéria a cada aniversário do periódico – 5 de maio. Tais finalidades expressavam-se com as seguintes palavras: “o

10 Dos alunos cujos dados obtive, todos participavam destas associações de classe, culturais ou carnavalescas, ocupando cargos nas diretorias.

11 O Museu da BPP guarda exemplares do jornal *A Alvorada* de 1946 até 1957. Esses jornais foram todos consultados e é a partir desse material que faço as considerações a seguir.

12 Juvenal Moreno Penny manteve-se como proprietário do jornal *A Alvorada* até 1946, portanto durante 39 anos. Seu irmão Durval Moreno Penny, diretor do jornal, afastou-se antes dessa data para estudar medicina. A partir de 1946, o semanário passa a ser de propriedade de um grupo liderado por Rubens Lima, além de Carlos Torres e Armando Vargas.

porta voz de uma raça e o defensor dos oprimidos” (*A Alvorada*, 5/5/1948). Rodolpho Xavier, em matéria publicada, expressou que o jornal esteve, desde seu início, “lutando [...] pela emancipação dos descendentes da África heróica e distante” (*A Alvorada*, 5/5/1955); “na defesa da instrução, da unidade racial e do progresso e interesses da terra pelotense” (*A Alvorada*, 5/5/1957).

Os irmãos Penny foram figuras que alcançaram projeção na sociedade pelotense. Juvenal Penny, além de proprietário do jornal, era também comerciante, dono da fábrica de fogos “São Veríssimo” (*A Alvorada*, 13/1/1951). Depois que o jornal deixou de ser de sua propriedade, era comum que elogiosas matérias sobre seu desempenho à frente desse semanário fossem publicadas. Em 1952, uma breve descrição da trajetória do jornalista foi referida. Segundo essa matéria, na época da fundação do jornal, Juvenal Penny trabalhava durante o dia como tipógrafo do jornal federalista *A Reforma* e durante a noite compunha o jornal *A Alvorada*, que era impresso em oficinas de outros periódicos, uma vez que não possuía oficina própria (*A Alvorada*, 5/5/1952 e 5/5/1957). A trajetória de Juvenal Penny indica que ele foi um homem extremamente engajado e comprometido com as lutas de seu tempo.

Durval Moreno Penny trabalhou como diretor do jornal, abandonando o semanário para estudar medicina. Segundo *A Alvorada*, “lutador desde sua mocidade, entregue ao estudo, conseguiu pela força de vontade, perdendo horas de descanso, formar-se por correspondência, em medicina” (*A Alvorada*, 4/4/1953)¹³. Durval era proprietário de uma farmácia, onde “dava consultas” e era chamado de “médico dos pobres” (*A Alvorada*, 4/4/1953). Lutou pela causa dos negros, não apenas através do jornal, como também participando da diretoria do *Instituto São Benedito* – para meninas negras. No embate político, esteve à frente da campanha do negro Monteiro Lopes para deputado federal (idem).

Na trajetória desses ex-alunos da “escola da Biblioteca”, Rodolpho Ignácio Xavier ocupou um lugar de destaque, encabeçando o movimento negro e operário pelotense. Antes de tornar-se redator de *A Alvorada*,

13 Segundo *A Alvorada* de 5/5/1948, Durval M. Penny formou-se em medicina pelo Instituto Nacional de Ciência em 30/4/1914.

em 1907, desempenhou várias atividades profissionais, todas ligadas ao trabalho manual. Em rápida “autobiografia”, escrita e publicada no jornal nos dias 2/4 e 10/4/1955, Xavier diz que aprendeu os ofícios de vassoureiro, colchoeiro, maleiro em 1886 e 1887, acabando por trabalhar como ajudante de pedreiro a partir de 1888, então com 14 anos de idade. Em 1891, segundo ele, aprendeu o ofício de chapeleiro, isso porque “quando sempre terminadas uma ou duas ou três construções, ficava-se sem trabalho” (*A Alvorada*, 2/3/1955). O autor, antes de concluir a matéria, indica: “em 90 [1890], antes de irmos aprender o ofício de chapeleiro, andamos vendendo carnes e miúdos numa carroça indo buscá-los nas charqueadas do ‘Passo dos Negros’ ou nas charqueadas da ‘Costa’ por comprá-los mais barato” (idem).

Como redator de *A Alvorada* desde a sua fundação em 1907, Xavier escrevia matérias semanais no jornal sobre os mais diversos assuntos. Abordava freqüentemente a situação social, econômica e política mundial, nacional e local, estabelecendo relações entre os problemas do Brasil e de outros países, como Estados Unidos, França, ex-URSS e os países da América do Sul. Ocupou-se, por várias vezes, do problema do alto custo de vida, dos salários e das condições de moradia, de alimentação, dos serviços básicos como fornecimento de luz, água, saneamento e transporte coletivo para a classe trabalhadora. As leis trabalhistas, o cooperativismo e o sindicalismo foram temas tratados reiteradamente por Rodolpho Ignácio Xavier, que lutou, à frente do jornal *A Alvorada* e da *União Operária*, pela obtenção das oito horas diárias de trabalho. João B. Marçal (1985, p. 115) registrou a presença de Rodolpho Ignácio Xavier na diretoria da *União Operária* como 1º secretário, em 1908.

Suas matérias no jornal foram, também, espaço de denúncia da situação dos negros no Brasil e em Pelotas. Várias matérias tratavam, ainda na década de 1940 e 1950, do “preconceito de cor” que havia entre os pelotenses. Xavier relatou situações em que os negros – e na maioria dos casos experiências vivenciadas por ele próprio – eram impedidos de entrar em vários locais de lazer na cidade. Em uma dessas matérias, intitulada “O estribilho é sempre o mesmo” (*A Alvorada*, 4/2/1951), o autor relembrou casos de preconceito racial de que fora vítima desde a adolescência em lugares como no “baile dos brancos” no chamado “Jardim Scotto, no Teatro Guarani, no cine Capitólio, no Café

Lamego”. O redator também fazia questão de enaltecer “figuras ilustres da raça” como em matérias, por exemplo, sobre José do Patrocínio (*A Alvorada*, 17/5/1952) e sobre o deputado negro Carlos da Silva Santos (*A Alvorada*, 24/2/1951).

Um pouco da história desses três ex-alunos da “escola da Biblioteca” indica que, se no cotidiano das aulas foram submetidos a um processo de disciplinamento, esse espaço ao mesmo tempo contribuiu significativamente subsidiando alguns homens das classes populares com um dos instrumentais necessários e fundamentais na luta social: a leitura e a escrita.

4. Considerações finais

Conforme afirmei no início deste trabalho, considerava que a presença dos negros teria maior “visibilidade” nas fontes pesquisadas. Como mostrei, foi preciso “trilhar” um longo caminho até descobrir que alunos negros freqüentaram as aulas. E depois foi preciso outra empreitada para descobrir se freqüentavam na condição de escravos ou se apenas aos livres e aos libertos estava garantido esse acesso.

Com relação à presença desse grupo, surgiu uma aparente contradição: de um lado, um sentimento de caridade que se expressava pela adesão ao abolicionismo e que, na BPP, se concretizava em campanhas realizadas entre alguns dos seus sócios para a compra de escravos e posterior manumissão; de outro lado, uma rejeição aos indivíduos desse grupo étnico, expressa em matérias nos periódicos locais e no próprio material que circulava entre os membros do Clube Abolicionista. Assim – sem pretender encontrar uma causa única e absoluta para explicar a presença dos negros na Biblioteca –, um certo *paternalismo racista*, que procurava libertar, ajudar e proteger os negros por considerá-los inferiores e, por isso, incapazes de fazerem-no por si mesmos, e que via na educação e, mais especificamente, na escolarização elementar a possibilidade de *integrá-los* à vida social, pode ser considerado o principal fator que possibilitou a “abertura” da escola a esse grupo.

Finalmente, é óbvio concluir, em relação aos cursos noturnos da BPP, que as classes populares passaram, paulatinamente, a valorizar o

processo de escolarização. Isso ocorreu, principalmente, em razão da ampliação do comércio, da urbanização, de uma incipiente industrialização e das oportunidades crescentes nos serviços públicos e privados. Nessa “nova” realidade da vida urbana pelotense, o processo de leitura, escrita e cálculo obteve maior valorização e significou, concretamente, a chance de novas oportunidades de trabalho. Há que considerar também que alguns homens que passaram pelos bancos escolares da Biblioteca, ao se apropriarem da leitura e da escrita, fizeram delas ferramentas importantes na luta por uma sociedade mais igualitária e menos opressora e hierarquizada. Com isso, é possível dizer que, se o projeto da “escola da Biblioteca” tinha entre seus objetivos *formar e conformar* os homens para a aceitação das relações e das condições capitalistas de trabalho, na prática, provocou também o oposto. Os líderes negros e operários foram um exemplo dessa realidade.

Para concluir e retomar a discussão da questão do *silêncio* das fontes da história da educação em relação ao pertencimento étnico-racial dos sujeitos, é necessário dizer que, se chegamos a um consenso de que a problematização *negro x educação* é fundamental no campo da pesquisa educacional, em geral, e histórica, em especial, urge, mais do que ampliar o conceito de fontes, reinventar formas e estratégias de tratamento dessas fontes; ousar e criar; operar com uma boa dose de sensibilidade e intuição, de persistência e paciência. Uma história da presença/ausência das comunidades negras em processos de educação/escolarização remete-nos e possibilita-nos fazer e pensar uma *outra* história da educação no contexto brasileiro.

Referências Bibliográficas

- ARIÈS, Philippe (1981). *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara.
- ASSIS BRASIL, Luiz Antonio de (1994). *Um castelo no pampa: pedra da memória*. 2. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto.
- AZEVEDO, Celia Maria Marinho (1987). *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites do século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CHALHOUB, Sidney (1986). *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense.

- CUNHA, Manuela Carneiro da (1987). *Antropologia do Brasil: mito, história e etnicidade*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense.
- DALLA VECCHIA, Agostinho M. (1994). *Os filhos da escravidão*. Pelotas: UFPel.
- MARÇAL, João Batista (1985). *Primeiras lutas operárias no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Globo.
- MELLO, Marco Antônio (1994). *Reviras, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas*. Pelotas: UFPel.
- MENEZES, Adolpho Bezerra (1869). *A escravidão no Brasil e as medidas que convém tomar para extingui-lá sem dano para a nação*. Rio de Janeiro: Progresso.
- PINTO, Regina Pahim (1985). “A escola e a questão da pluralidade étnica”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 55, pp. 3-17.
- _____ (1992). “Raça e educação: uma articulação incipiente”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 80, pp. 41-50.
- RAGO, Margareth (1987). *Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SAINT-HILAIRE, August de (1974). *Viagem ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: EDUSP.
- SCOTT, Joan (1990). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação e realidade*, Porto Alegre, n. 2, pp. 5-19.
- STOLCKE, Verena (1991). “Sexo está para gênero assim como raça para etnicidade?”. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 20, pp. 101-119.
- WERNER, Dennis (1992). *Culturas humanas: comida, sexo, magia e outros assuntos antropológicos*. Petrópolis: Vozes.

Jornais e documentos consultados

Local de consulta: Museu da Biblioteca Pública Pelotense

A Alvorada

A Discussão

A Reforma

Correio Mercantil

Diário de Pelotas

Diário Popular

Echo do Sul

Jornal do Comércio

Onze de Junho

Opinião Pública

Pervigil

Progresso Literário

Radical

Anais da BPP

Atas da BPP

Carta Manuscrita – Prof. Bento José Taveira, 1881

Livros de Matrículas dos Cursos Noturnos

Relatório manuscritos – 1884-1904